

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 37

Aprova o Regimento da Área Experimental Agrícola Fazenda da Amizade do *Campus* Avançado da UFPR em Jandaia do Sul.

O CONSELHO DIRETOR, órgão normativo, consultivo e deliberativo da Administração Superior do *Campus* Avançado da Universidade Federal do Paraná em Jandaia do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 17 do Regimento do *Campus* Avançado da UFPR em Jandaia do Sul, consubstanciado no parecer exarado pela Conselheira Bárbara Cândido Braz e por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento da Área Experimental Agrícola Fazenda da Amizade, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Este Regimento estabelece as normas de organização, gestão e uso da Área Experimental Agrícola Fazenda da Amizade do *Campus* Avançado da Universidade Federal do Paraná em Jandaia do Sul (doravante AEAg-UFPR/JA), localizada no âmbito do *Campus* Avançado, destinada a atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, serviços tecnológicos e formação.

§ 1º A AEAg-UFPR/JA é infraestrutura institucional do *Campus* e integra o patrimônio público da UFPR.

§ 2º A interpretação e os casos omissos observarão a legislação federal aplicável, o Estatuto e o Regimento Geral da UFPR, as resoluções dos Conselhos Superiores e este Regimento.

CAPÍTULO II — DA NATUREZA, VINCULAÇÃO E FINALIDADES

Art. 3º A AEAg-UFPR/JA é um órgão assessor do *Campus* Avançado da Universidade Federal do Paraná em Jandaia do Sul, o qual responde por sua gestão e operação cotidiana.

Art. 4º Constituem finalidades da AEAg-UFPR/JA:

- I. — apoiar, prioritariamente, atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e produção compatíveis com a vocação agropecuária e agroindustrial da região;
- II. — prover infraestrutura física e logística para experimentação de campo e de apoio laboratorial;
- III. — espelhar a realidade produtiva regional para fins de demonstração, capacitação e transferência de tecnologia;
- IV. — fomentar parcerias público-privadas e interinstitucionais;
- V. — promover a geração e a aplicação de conhecimento com foco no desenvolvimento regional sustentável.

Art. 5º A AEAg-UFPR/JA observa os seguintes princípios:

- I. — acolhimento e inclusão de usuários institucionais e parceiros;
- II. — valorização de pessoas e instituições;
- III. — presteza e qualidade na execução;
- IV. — cooperação e trabalho em rede;
- V. — integridade acadêmica, segurança e proteção ao meio ambiente.

Art. 6º – A AEAg-UFPR/JA orienta suas ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em consonância com as diretrizes institucionais da Universidade Federal do Paraná.

§ 1º São ODS prioritariamente considerados nas atividades da AEAg-UFPR/JA:

- I – ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- II – ODS 4 – Educação de Qualidade;
- III – ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- IV – ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis;
- V – ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima;
- VI – ODS 15 – Vida Terrestre;
- VII – ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

§ 2º A AEAg-UFPR/JA buscará integrar os ODS em seus planos de ação, projetos e relatórios anuais, promovendo indicadores de impacto e metas que contribuam para o desenvolvimento sustentável regional.

§ 3º A Coordenação Geral incentivará a formação de parcerias interinstitucionais e interdisciplinares, de modo a ampliar a contribuição da AEAg-UFPR/JA para o alcance dos ODS.

§ 4º A observância aos ODS deverá constar como eixo transversal nos processos de planejamento, execução, avaliação e prestação de contas das atividades realizadas.

CAPÍTULO III — DA ESTRUTURA FÍSICA E INFRAESTRUTURA

Art. 7º A AEAg-UFPR/JA compreende áreas de solos agricultáveis destinadas à experimentação (lotes e parcelas), viveiros e estufas, sistemas de irrigação, vias internas, estruturas de apoio (galpões, casa-de-vegetação), e equipamentos de uso comum, conforme cadastro interno atualizado na AEAg.

§ 1º A composição e a distribuição de áreas e equipamentos poderão ser atualizadas por ato da Coordenação Geral da AEAg, mantido o registro interno sem necessidade de alteração deste Regimento.

§ 2º Poderá ser implantada Fábrica Piloto e demais estruturas para ensino prático e demonstração tecnológica, mediante disponibilidade orçamentária e aprovação do Campus.

CAPÍTULO IV — DA GOVERNANÇA E COMPETÊNCIAS

Art. 8º A gestão da AEAg-UFPR/JA será exercida por uma Coordenação Geral, composta por um(a) Coordenador(a) e um(a) Vice-Coordenador(a), ambos(as) docentes efetivos(as) do *Campus* Avançado da Universidade Federal do Paraná em Jandaia do Sul, com mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único – A indicação da Coordenação Geral será realizada pela Direção do Campus, podendo haver uma ou mais reconduções consecutivas.

Art. 9º Compete à Coordenação Geral da AEAg-UFPR/JA:

- I. — planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades;
- II. — definir e divulgar normas de uso, manuais e procedimentos operacionais;
- III. — aprovar a alocação de áreas (lotes/parcelas) e a agenda de uso de equipamentos;
- IV. — aprovar cronogramas físico-financeiros de projetos e zelar por sua execução;
- V. — representar a AEAg-UFPR/JA perante a Direção de Campus e demais instâncias;
- VI. — assegurar a manutenção, inventário e disponibilidade de infraestrutura;
- VII. — estabelecer prioridades de atendimento e mediação de conflitos de agenda;
- VIII. — gerenciar estoques e insumos de uso comum (máquinas, irrigação etc.);
- IX. — providenciar treinamentos obrigatórios de segurança e operação;
- X. — instaurar processos apuratórios e aplicar sanções previstas neste Regimento;
- XI. — elaborar prestação de contas anual e proposta orçamentária;
- XII. — propor criação de bolsas/estágios e gerir terceiros vinculados por fundação de apoio;
- XIII. — definir a destinação de excedentes, observada a legislação e as resoluções vigentes.

Art. 10º Poderá ser instituído um Comitê Assessor da Área Experimental Agrícola, de caráter consultivo, com representação de docentes, técnicos e discentes, para apoio à Coordenação na definição de prioridades, atualização de normas e avaliação anual de desempenho

CAPÍTULO V — DOS USUÁRIOS, ACESSO E RESPONSABILIDADES

Art. 11º São usuários da AEAg-UFPR/JA: docentes, técnicos e discentes da UFPR; e membros de instituições parceiras com instrumentos jurídicos válidos (Acordos/Convênios/Termos), mediante autorização da Coordenação.

Art. 12º Obrigações comuns dos usuários:

- I. — cumprir as normas da AEAg-UFPR/JA e instruções da Coordenação;
- II. — participar de treinamentos obrigatórios e utilizar EPIs;
- III. — zelar pela integridade das áreas, infraestrutura e experimentos de terceiros;
- IV. — manter a área limpa e organizada, antes, durante e após o uso;
- V. — identificar claramente experimentos, amostras e equipamentos sob sua responsabilidade (responsável, contato, natureza do material, datas de início/término);
- VI. — prevenir danos ambientais e responder por eventuais prejuízos;
- VII. — destinar corretamente resíduos, efluentes e excedentes;
- VIII. — comunicar irregularidades ou incidentes à Coordenação.

Art. 13º Docentes/servidores de outros Campi da UFPR poderão utilizar a AEAg-UFPR/JA mediante projetos em colaboração com docentes do *Campus* Avançado da Universidade Federal do Paraná em Jandaia do Sul ou decisão do Conselho do *Campus*, na forma das normas internas.

Art. 14º Instituições externas somente poderão executar atividades mediante Acordo de Cooperação ou instrumento congênere celebrado com a UFPR e autorização da Coordenação.

CAPÍTULO VI — DO PLANEJAMENTO, SOLICITAÇÃO E AGENDAMENTO

Art. 15º O uso de áreas e equipamentos dependerá de Proposta de Uso da Área Experimental, submetida para a coordenação da AEAg com antecedência mínima de 3 (três) meses, contendo: objetivos, equipe, cronograma, insumos, mapa ou croqui solicitado, análise de riscos, planos de biossegurança/ambiental e estimativa de excedentes.

§ 1º A Coordenação analisará a Proposta de Uso da Área Experimental quanto à adequação técnica, disponibilidade de área/equipamentos, riscos e conformidade normativa, podendo

solicitar ajustes.

§ 2º Critérios de prioridade:

I — ensino;

II — pesquisa institucional e projetos com fomento público;

III — extensão;

IV — inovação/serviços tecnológicos;

V — outras demandas.

§ 3º Alterações de cronograma, suspensão ou cancelamento deverão ser comunicadas com, no mínimo, 7 dias de antecedência.

CAPÍTULO VII — DA ORGANIZAÇÃO EM LOTES E PARCELAS

Art. 16º As áreas serão organizadas em lotes (módulos) e parcelas (submódulos), demarcadas física e digitalmente em cadastro interno, com identificação em campo conforme as demandas e solicitações aprovadas para tal uso.

Art. 17º A ocupação observará:

- I. — compatibilidade pedológica e agronômica com o objetivo experimental;
- II. — preservação de áreas sensíveis (áreas de preservação permanente, reserva legal, cursos d'água);
- III. — distanciamentos e barreiras para evitar deriva e contaminações cruzadas;
- IV. — regras específicas para organismos patogênicos, pragas, organismos geneticamente modificados (OGM) e insumos controlados;
- V. — identificação visível contendo, no mínimo, responsável, contato, natureza do material, datas de início e término.

CAPÍTULO VIII — DA SEGURANÇA, BIOSSEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Art. 18º É obrigatória a observância às normas de saúde e segurança no trabalho, biossegurança, defesa agropecuária e proteção ambiental vigentes, inclusive quanto a defensivos agrícolas, fertilizantes, OGMs, bem-estar animal e queimadas.

§ 1º É vedada a introdução e o manejo de OGMs sem aprovação e licenças cabíveis (CTNBio e UFPR), e de agentes biológicos de risco sem protocolos aprovados.

§ 2º O uso de defensivos deverá atender à legislação, com receituário agronômico, registro e armazenamento adequados; embalagens terão destinação correta (ex.: logística reversa/INPEV), vedado o descarte irregular.

§ 3º Resíduos sólidos, efluentes e subprodutos terão destinação conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos do Campus e normas ambientais.

§ 4º É proibida a caça, pesca, fogo a céu aberto, circulação de animais domésticos sem autorização e qualquer prática que comprometa a fauna/flora locais.

CAPÍTULO IX — DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMUM

Art. 19º Equipamentos adquiridos com recursos da UFPR ou de projetos destinados ao uso coletivo são classificados como uso comum e integram o patrimônio institucional.

Art. 20º A utilização de equipamentos de uso comum requer:

- I. — solicitação de agenda à Coordenação;
- II. — comprovação de treinamento/habilitação;
- III. — registro de uso em livro/sistema;
- IV. — responsabilização por danos decorrentes de mau uso.

§ Único. A manutenção preventiva/corretiva será organizada pela Coordenação, podendo envolver fornecedores, fundações de apoio ou contratos de terceiros.

CAPÍTULO X — DOS INSUMOS, MAQUINÁRIO E LOGÍSTICA

Art. 21º A coordenação do AEAg gerenciará a disponibilidade de insumos, água de irrigação, energia, maquinário e implementos, definindo regras para abastecimento, operação e guarda.

Art. 22º A operação de tratores, roçadeiras e implementos requer CNH/habilitação e treinamento específicos, sendo vedado o uso por pessoas não autorizadas.

CAPÍTULO XI — DOS PRODUTOS, EXCEDENTES E SUA DESTINAÇÃO

Art. 23º Entendem-se por excedentes os bens e produtos gerados em decorrência de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação que não forem reaproveitados internamente.

Art. 24º A destinação de excedentes poderá incluir:

- I. — uso interno em atividades acadêmicas;
- II. — doação a entidades públicas ou beneficentes;
- III. — alienação/ressarcimento, quando cabível, mediante recolhimento por GRU à Conta Única da UFPR ou por intermédio de fundação de apoio, conforme normas vigentes;

IV. — descarte ambientalmente adequado, quando inaproveitáveis.

Art. 25º É vedada qualquer comercialização de excedentes sem aprovação da Coordenação e sem observância dos preceitos legais de arrecadação e gestão de recursos públicos.

CAPÍTULO XII — DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, DADOS E PUBLICAÇÕES

Art. 26º Resultados passíveis de proteção intelectual seguirão as políticas da UFPR e legislação de PI; pedidos de patente, softwares, cultivares e afins deverão ser comunicados à Coordenação e ao Núcleo de Inovação Tecnológica competente.

Art. 27º Publicações e materiais técnicos devem mencionar a Fazenda da Amizade, AEAg-UFPR/JA como infraestrutura de apoio, indicando eventuais financiadores e números de processo.

Art. 28º Os(as) responsáveis devem manter cadernos/dados de pesquisa organizados e, quando aplicável, depositar conjuntos de dados em repositórios institucionais, respeitados sigilos legais e contratuais.

Art. 29º Recomenda-se que os relatórios anuais de uso, produção e resultados sejam publicados no portal institucional, a fim de reforçar a transparência, a prestação de contas e a visibilidade acadêmica das atividades da área.

CAPÍTULO XIII — DOS RECURSOS FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 30º A Coordenação apresentará anualmente, prestação de contas e proposta orçamentária para o exercício seguinte, discriminando despesas e plano de aplicação, a serem apresentados ao Conselho Diretor do Campus. Além disso, será publicizados em algum endereço eletrônico pertinente as atividades e resultados realizados na AEAg-UFPR/JA durante o ano vigente.

Art. 31º Receitas provenientes do uso da AEAg-UFPR/JA, cursos, serviços e projetos serão recolhidas por GRU na referência da unidade e/ou por fundação de apoio quando houver acordo/convênio, observadas as resoluções da UFPR.

Art. 32º Poderão ser instituídas taxas de ressarcimento para custeio de insumos, manutenção e depreciação, conforme tabela aprovada pela Direção do Campus, com revisão anual.

CAPÍTULO XIV — DAS PARCERIAS E INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Art. 33º Atividades com instituições externas dependerão de instrumento jurídico vigente (Acordo/Convênio/Contrato/Termo) com a UFPR, devendo constar a alocação de responsabilidades, seguros, propriedade intelectual, confidencialidade, destinação de excedentes e ressarcimentos.

CAPÍTULO XV — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 34º Constituem infrações: descumprir normas de segurança e ambientais; danificar patrimônio; usar a área/equipamento sem autorização; descartar resíduos de forma irregular; obstruir atividades de terceiros; não identificar materiais; burlar agenda e registros.

Art. 35º Sanções graduadas, assegurada ampla defesa e contraditório:

- I. — advertência escrita;
- II. — suspensão temporária de acesso;
- III. — ressarcimento por danos materiais e custos de remediação ambiental;
- IV. — comunicação às instâncias competentes para providências administrativas/legais.

Art. 36º Das decisões da Coordenação cabe recurso ao Conselho Diretor do *Campus*, na forma e prazos definidos em ato próprio.

CAPÍTULO XVI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37º Este Regimento será revisado no prazo máximo de 1 (um) ano após sua aprovação, e, posteriormente, sempre que necessário, por proposta da Coordenação ou do Comitê Gestor da Área Experimental Agrícola.

Art. 38º Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Diretor do Campus, revogadas as disposições em contrário.

Art. 39º Projetos em andamento na data de aprovação terão prazo de até 60 (sessenta) dias para adequação às disposições aqui previstas.

ANEXOS

Anexo A — Termo de Responsabilidade e Uso da AEAg-UFPR/JA (Modelo) (abrir processo no sei)

Identificação do(a) Responsável pelo Projeto

- Nome completo:
- SIAPE/CPF:
- Unidade/Curso/Programa de pós-graduação:
- E-mail institucional:
- Telefone/WhatsApp:

Equipe Autorizada a Acessar a Área (nome, vínculo, função, telefone) Membro1 - nome, vínculo, função, telefone;

Membro2 - nome, vínculo, função, telefone;

Membro3 - nome, vínculo, função, telefone;

...

(Anexar lista completa se necessário.)

Dados do Projeto/Atividade

- Título:
- Natureza: () Ensino () Pesquisa () Extensão () Inovação/Serviço
- Número/Processo SEI/Chamada (se houver):
- Vigência na AEAg: de //_a //
- Lote/Parcela(s) designada(s):
- Resumo (máx. 5 linhas):

Declarações e Compromissos

Declaro(amos) que:

- I. Tomei(amos) ciência integral do Regimento da AEAg-UFPR/JA comprometendo-me(nos) a cumpri-los.
- II. Todos os membros da equipe utilizarão EPIs adequados e participarão dos treinamentos obrigatórios de segurança e operação.
- III. Assumo(Assumimos) responsabilidade pela integridade da infraestrutura, equipamentos e experimentos de terceiros, comunicando incidentes à Coordenação.

- IV. Comprometo-me(-nos) com a destinação ambientalmente adequada de resíduos/efluentes, conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Campus e legislação vigente.
- V. Não introduzirei(emos) OGMs, agentes biológicos de risco, animais ou defensivos sem autorizações/licenças exigidas (CTNBio/CEUA/receituário, etc.).
- VI. Concordo(amos) com a fiscalização pela Coordenação da AEAg e com a aplicação das sanções previstas em caso de infração.
- VII. Autorizo(amos) a citação da AEAg-UFPR/JA como infraestrutura nas publicações resultantes, observadas as políticas de PI da UFPR.
- VIII. Estou(Estamos) ciente(s) de que excedentes terão a destinação definida pela Coordenação, nos termos do Regimento.

Assinatura, Local e data do responsável:

Anexo B — Formulário de Proposta de Uso da Área Experimental (Modelo) (abrir processo no sei)

Abrir processo e enviar ao coordenador da AEAg conforme prazo do regimento.

1. Identificação

1. Proponente/Responsável:
2. Unidade/Curso/Programa:
3. Natureza: () Ensino () Pesquisa () Extensão () Inovação/Serviços
4. Parceria externa? () Não () Sim — Instituição(ões):

2. Equipe (nome, vínculo, função, e-mail, telefone) [] Lista anexa

3. Objetivos e Justificativa (máx. 10 linhas)

4. Metodologia/Plano Experimental

- Espécie/cultura/material biológico:
- Delineamento/Tratamentos:
- Populações/parcela:
- Necessidade de preparo de área/solo:

- Manejo de irrigação:
- Insumos (fertilizantes, defensivos, bioinsumos):
- Armazenamento/uso de químicos/biológicos:

5. Cronograma na AEA

Etapa **Início** **Término** **Observações** Preparo/implantação //__//__Condução/avaliações //__//
Colheita/encerramento //__//

6. Infraestrutura e Apoio Requeridos

- () Lote/Parcela () Estufa/Viveiro () Água/Irrigação
() Energia () Trator/Implementos (quais):
() Equip. uso comum: () Sala de apoio/galpão () Outros:

7. Riscos e Biossegurança

- Classificação do risco (químico, biológico, físico):
- EPIs/treinamentos necessários:
- Licenças/aprovações (CTNBio/CEUA/Ética/Órgãos ambientais):
- Plano de emergência (síntese):

8. Resíduos, Efluentes e Excedentes

- Plano de segregação e destinação:
- Previsão de excedentes e proposta de destinação:

9. Dados, Publicações e Propriedade Intelectual

- Compartilhamento de dados/resultados com a UFPR:
- Expectativa de proteção de PI? () Não () Sim — NIT/UFPR notificado?

10. Orçamento e Fontes de Financiamento

- Materiais/insumos/horas-máquina estimados: R\$
- Fonte(s): () Orçamento UFPR () Projeto (nº) () Fundação de Apoio () Outro:

11. Anexos Obrigatórios

() Croqui/Mapa do lote solicitado () Lista da equipe () Autorizações/licenças ()
FISPQs/Procedimentos () Termos de consentimento (se aplicável)

Assinaturas

Proponente:

Data:



Documento assinado eletronicamente por **SIMAO NICOLAU STELMASTCHUK, DIRETOR DO CAMPUS JANDAIA DO SUL**, em 13/11/2025, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **8375508** e o código CRC **5AFE72FE**.